



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

215  
no

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0122182-3

ORIGEM: Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina

PARTES: Autarquia Educacional do Vale do São Francisco (AEVSF)

Maria Regina Adoglio Netto

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA. CONTROVÉRSIA ACERCA DA VALIDADE DE DUPLICATAS EXTRAÍDAS EM RAZÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. HIPÓTESE EM QUE A AUTARQUIA TOMADORA DOS SERVIÇOS EM QUESTÃO NÃO LOGROU DEMONSTRAR NEM A INEXECUÇÃO DO CONTRATO, NEM O PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. 1. Trata-se de reexame necessário de sentença que julgou improcedente a pretensão deduzida pela Autarquia Educacional do Vale do São Francisco em face de Maria Regina Adoglio Netto, cujo objeto litigioso diz respeito à validade das duplicatas extraídas pela ré (em razão da prestação de serviços) contra a Instituição de Ensino autora. 2. No caso, a autora não logrou demonstrar nem o inadimplemento atribuído à demandada, nem o pagamento pelos serviços comprovadamente contratados. 3. Ademais, a Autarquia não pode se eximir do pagamento pelos serviços contratados junto à parte ré (cuja boa fé se presume, na hipótese em apreço), aduzindo para tanto a nulidade da contratação, supostamente não precedida de licitação e sem que tivesse sido formalizado o respectivo procedimento de dispensa ou inexigibilidade. 4. Com efeito, de acordo com o art. 59, par. único, da Lei Federal nº 8.666/93 e com a jurisprudência dominante sobre o tema, a eventual nulidade do contrato firmado ao arrepio das normas que regem as licitações públicas não exonera a Administração do dever de pagar o contratado pelos serviços por ele prestados de boa fé, tudo a fim de evitar o enriquecimento sem causa do ente público beneficiado. 5. De toda sorte, convém acrescentar que, se, por um lado, a Autarquia não se desincumbiu de demonstrar que os serviços em questão não foram efetivamente prestados, cumpre, por outro, à parte contratada evidenciar a prestação de tais serviços por ocasião do processo de execução dos títulos em foco, conforme as regras inscritas no art. 15 da Lei Federal nº 5.474/68 (que dispõe sobre as duplicatas). 6. Reexame necessário improvido. 7. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 0122182-3, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 03 de julho de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0122182-3

ORIGEM: Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina

PARTES: Autarquia Educacional do Vale do São Francisco (AEVSF)

Maria Regina Adoglio Netto

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário** de sentença proferida pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública de Petrolina, que, nos autos da **Ação Ordinária** NPU 0000493-08.1998.8.17.1130, julgou improcedente a pretensão ali deduzida pela **Autarquia Educacional do Vale do São Francisco** em face de **Maria Regina Adoglio Netto**.

Em breve retrospecto, anoto que, na petição inicial, a Autarquia autora sustentou, em síntese, que: (i) teria sido surpreendida pela intimação, expedida por oficial de protesto, para pagar 04 (quatro) duplicatas extraídas pela parte ré em razão da alegada prestação de serviços de assessoria e planejamento na área educacional; (ii) o respectivo contrato de prestação de serviços não teria sido cumprido, isto a atrair a norma do art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93; (iii) não teria havido licitação para a contratação dos serviços oferecidos pela ré, nem teriam sido observadas as formalidades relativas à inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Pediu, assim, fossem declarados nulos e posteriormente apreendidos esses títulos.

Após o regular processamento do feito, sobreveio o supracitado ato sentencial.

Por oportuno, registro que a Instituição de Ensino em referência manejou, em caráter preparatório, medida cautelar de sustação de protesto, pretensão julgada procedente (mediante a prestação de caução nos autos, consubstanciada no cheque juntado à fl. 21, do apenso), nada obstante o juiz sentenciante não tenha declarado a nulidade dos títulos questionados pela autora no processo principal.

Não foram interpostos recursos voluntários contra a sentença proferida nos autos principais, nem houve a remessa de ofício, consoante a regra do art. 475 do CPC.

Nesse passo, a parte ré/credora, entendendo que teria ocorrido o trânsito em julgada da sentença prolatada no processo principal, requereu a substituição da caução prestada nos autos (cheque que já estaria prescrito), de modo que fosse depositado em Juízo o valor atualizado da dívida, acrescido de juros moratórios.

Em sucessivo, o Juízo singular acolheu os requerimentos acima descritos.

211u



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Sucedendo que a mencionada Autarquia Educacional interpôs agravo de instrumento contra essa última decisão, cujo respectivo acórdão recebeu a seguinte ementa:

“EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÕES DE AÇÕES DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO E DE CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO - CAUÇÃO - SUBSTITUIÇÃO - TÍTULO PRESCRITO - AÇÃO PRINCIPAL IMPROCEDENTE - SENTENÇA INEXEQUÍVEL - SUJEIÇÃO AO REEXAME OBRIGATÓRIO - EXEGESE DOS ARTS. 475 E 730, DO CPC - PROVIMENTO DO AGRAVO - DECISÃO UNÂNIME.

1. As medidas cautelares conservam a sua eficácia na dependência do feito principal (art. 807 do CPC), contudo podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas. Cessa a eficácia da medida cautelar (art. 808 do CPC) quando o Juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito. Porém, a perda da eficácia da cautelar face ao trânsito em julgado da ação principal, a teor do contido nos artigos 807 e 808 do CPC, trata-se de condição a ser apurada, vez que o art. 475 do Código de ritos, preceitua que, ainda que o ente público não recorra, como no caso, haverá o Juízo singular de remeter, ‘ex-offício’, o processo à Superior Instância, para confirmar ou não a sentença, tanto do processo cautelar e acessório, como do feito principal, como na questão análise. Inclusive, tal assunto já está pacificado pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, através da Súmula 423.

2. É de compreensão primária que não é exequível a sentença sujeita ao reexame obrigatório, porque esta só terá eficácia se confirmada pela instância ‘ad quem’.

3. Agravo provido, para que subam o Reexame Obrigatório e para anular a decisão nos autos da Ação Cautelar. Decisão unânime.”

(AI nº 0102169-4, 6ª Câmara Cível, Rel. Des. Bartolomeu Bueno, julg. em 08/09/2004).

Nesse contexto, vieram os autos do processo principal para o reexame necessário.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 23 de setembro de 2013.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

216  
70

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0122182-3

ORIGEM: Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina

PARTES: Autarquia Educacional do Vale do São Francisco (AEVSF)

Maria Regina Adoglio Netto

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Como visto, está-se diante de reexame necessário de sentença que julgou improcedente a pretensão deduzida pela Autarquia Educacional do Vale do São Francisco em face de Maria Regina Adoglio Netto, cujo objeto litigioso diz respeito à validade das duplicatas extraídas pela parte ré contra a Instituição de Ensino autora.

A referida Autarquia municipal argumentou, em resumo, que: (i) o contrato de prestação de serviços não teria sido cumprido; (ii) essa contratação não teria sido precedida de licitação; e (iii) não teriam sido observadas as formalidades prescritas na legislação de regência para os casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Na espécie, considero acertada a conclusão adotada pelo Juízo *a quo*. Explico.

De início, note-se que o objeto do questionado *contrato de locação de serviços* consistia, em essência, no assessoramento técnico educacional a ser prestado pela professora contratada, cujo pagamento deveria ter sido realizado em conformidade com a Cláusula Segunda do instrumento contratual em comento (cf. fls. 17/20).

Ocorre que a Autarquia autora não logrou demonstrar nem o inadimplemento atribuído à parte ré, nem o pagamento pelos serviços comprovadamente contratados.

Quanto à suposta inexecução do contrato, revela-se inconsistente a afirmação genérica de que “*é por demais público o não cumprimento do referido e questionado Contrato, pois que até então não se tem idéia ou mesmo se vislumbra, quando será a implantação da tão sonhada Universidade para Petrolina*” (cf. fl. 03).

Ora, a professora contratada obrigou-se a prestar, no período compreendido entre os meses de maio e dezembro de 1996, assessoria técnica àquela Instituição de Ensino, não sendo possível vincular a alegada não implantação dos cursos referidos nos autos à eventual inexecução do contrato havido entre as partes.

De fato, para se chegar a essa conclusão basta considerar que a instalação de tais cursos não dependia exclusivamente do trabalho desenvolvido pela professora contratada, mas também de circunstâncias outras, tais como, p. ex., a concessão das respectivas autorizações pelos Conselhos Estadual e/ou Nacional de Educação.





**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

217  
so

Ademais disso, a Autarquia não pode se eximir do pagamento pelos serviços contratados junto à parte ré (cuja boa fé se presume, neste caso concreto), aduzindo para tanto a nulidade da contratação, supostamente não precedida de licitação e sem que tivesse sido formalizado o respectivo procedimento de dispensa ou inexigibilidade.

Com efeito, de acordo com a diretriz encartada no art. 59, par. único, da Lei Federal nº 8.666/93 e com a jurisprudência dominante sobre o tema, a eventual nulidade do contrato firmado ao arrepio das normas que regem as licitações públicas não exonera a Administração do dever de pagar o contratado pelos serviços por ele prestados de boa fé, tudo a fim de evitar o enriquecimento sem causa do ente público beneficiado.

Confira-se:

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. CONTRATO ADMINISTRATIVO NULO. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE O ENTE PÚBLICO EFETUAR O PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.

(...) 2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, *‘ainda que o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo, por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade’* (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009).

3. Hipótese em que comprovada a existência da dívida, qual seja, prestado o serviço pela empresa contratada e ausente a contraprestação (pagamento) pelo município, a ausência de licitação não é capaz de afastar o direito da ora agravada de receber o que lhe é devido pelos serviços prestados. O entendimento contrário faz prevalecer o enriquecimento ilícito, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Agravo regimental improvido.”

(STJ-AgRg no REsp 1.383.177/MA, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª T, DJe de 26/08/2013).

De toda sorte, convém acrescentar que, se, por um lado, a Autarquia não se desincumbiu de demonstrar que os serviços em questão não foram efetivamente prestados, cumpre, por outro, à parte contratada evidenciar a prestação de tais serviços por ocasião do processo de execução dos títulos em foco, conforme as regras inscritas no art. 15 da Lei Federal nº 5.474/68 (que dispõe sobre as duplicatas)<sup>1</sup>.

Por todo o exposto, **nego provimento ao reexame necessário.**

Recife, 13 de outubro de 2013.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

<sup>1</sup> Segundo a iterativa jurisprudência do STJ, é possível o ajuizamento de execução com base em duplicata sem aceite, mas protestada e com prova da entrega da mercadoria ou da prestação dos serviços (confira-se, por todos, o acórdão proferido no AgRg no Ag 1.357.212/MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª T., DJe de 16/10/2012).